

08

EPISTEME & PRAXIS | Revista Científica Multidisciplinaria | 2960-8341

A MESTIÇAGEM

COMO TRAGÉDIA NO FOLHETIM “ÓDIO DE RAÇAS” DE SÉRGIO CARDOZO (FOLHA DO NORTE, 1925)

LA MESTIZAJE COMO TRAGEDIA EN EL FOLLETÍN “ODIO DE RAZAS” DE SÉRGIO CARDOZO (FOLHA DO NORTE, 1925)

Jaques Leone Matos-de Oliveir¹

E-mail: prof.jaquesleone@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9341-6720>

¹ Universidade Federal da Bahia. Brasil.

Citação sugerida (APA, sétima edição)

Matos-de Oliveir, J. L. (2025). A mestiçagem como tragédia no folhetim “ódio de raças” de Sérgio Cardozo (Folha do Norte, 1925). *Revista Episteme & Praxis*, 3(3), 85-92.

Presentación: 20/05/2025

Aceptación: 18/07/2025

Publicación: 01/09/2025



© 2025; Los autores. Este es un artículo en acceso abierto, distribuido bajo los términos de una licencia Creative Commons que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio siempre que la obra original sea correctamente citada.

RESUMO

Este artigo analisa o folhetim Ódio de Raças, publicado em 1925 no jornal Folha do Norte de Feira de Santana, Bahia, para compreender como a mestiçagem é representada como uma experiência de tensão social e simbólica no Brasil pós-abolicionista. Por meio de uma abordagem qualitativa e histórico-discursiva, é realizada uma análise detalhada e hermenêutica do texto, identificando as formas e estratégias discursivas que articulam debates sobre raça e identidade na Primeira República. A pesquisa inclui a comparação do folhetim com outros textos publicados na mesma seção do jornal para situar sua trama em um contexto mais amplo de produção literária e imprensa regional. Examina-se como a narrativa dramatiza a proibição da mestiçagem como uma tragédia marcada por proibições familiares e raciais, revelando as disputas simbólicas presentes na construção da nacionalidade brasileira e o lugar dos sujeitos mestiços. O estudo também problematiza as dimensões interseccionais de raça, classe e cultura na configuração desses discursos de modernidade e nacionalidade. Assim, evidencia-se a imprensa como um espaço chave de disputa simbólica entre as elites urbanas sobre a identidade racial e social do país.

Palavras-chave:

Mestiçagem, folhetim, nacionalidade.

RESUMEN

Este artículo analiza el folletín Odio de Razas, publicado en 1925 en el periódico Folha do Norte de Feira de Santana, Bahia, para comprender cómo se representa el mestizaje como una experiencia de tensión social y simbólica en el Brasil post-abolicionista. Mediante un enfoque cualitativo e histórico-discursivo, se realiza un análisis detallado y hermenéutico del texto, identificando las formas y estrategias discursivas que articulan debates sobre raza e identidad en la Primera República. La investigación incluye la comparación del folletín con otros textos publicados en la misma sección del periódico para situar su trama en un contexto más amplio de producción literaria y prensa regional. Se examina cómo la narrativa dramatiza la prohibición del mestizaje como una tragedia marcada por prohibiciones familiares y raciales, revelando las disputas simbólicas presentes en la construcción de la nacionalidad brasileña y el lugar de los sujetos mestizos. El estudio también problematiza las dimensiones interseccionales de raza, clase y cultura en la configuración de estos discursos de modernidad y nacionalidad. Así, se evidencia la prensa como un espacio clave de disputa simbólica entre las élites urbanas sobre la identidad racial y social del país.

Palabras clave:

Mestizaje, folletín, nacionalidad.

INTRODUÇÃO

Desde 1909, circulava no interior da Bahia o jornal *Folha do Norte*, editado em Feira de Santana sob a direção de Tito Ruy Bacellar e os irmãos Silva (Arnold e Dálvaro), membros destacados da elite econômica e intelectual local (Fernandes, 2013). Vinculado aos interesses das camadas dominantes, o periódico consolidou-se como um espaço privilegiado de mediação simbólica, expressando as tensões políticas e sociais da cidade e difundindo ideais de progresso, civilização e modernidade (Sevcenko, 2003; Peña, 2023). Alinhado aos discursos hegemônicos da Primeira República, o *Folha do Norte* atuava ativamente na construção de uma identidade urbana feirense, integrando o município ao imaginário nacional de desenvolvimento e transformação em voga em diversos pontos do Brasil (Matos de Oliveira, 2023).

Nesse processo, a literatura — sobretudo por meio dos folhetins — ocupou lugar de destaque como instrumento de formação cultural e moral. Como apontou Nicolau Sevcenko (1998), no contexto da modernização urbana e da ampliação dos públicos leitores, a literatura assumiu a função de “missão civilizadora”, articulando valores de progresso e pertencimento à modernidade (Sevcenko, 2003). Em Feira de Santana, esse projeto se expressou no chamado “jornalismo de exaltação”, conforme analisa Matos de Oliveira (2023), promovendo uma imagem positiva da cidade e ampliando o repertório simbólico de seus leitores por meio da participação de colaboradores das elites letradas locais.

Um exemplo significativo desse uso da literatura ocorreu em 1925, quando o jornal *Folha do Norte* publicou o folhetim *O Corcunda de Notre-Dame (1831)*, de Victor Hugo. A obra, ambientada na Paris do século XV, expunha temas como marginalização, injustiça e conflito social — reverberando simbolicamente no ambiente urbano feirense. Em 6 de julho do mesmo ano, o jornal anunciou a publicação do romance *Ódio de Raças*, de Sérgio Cardozo. A escolha do título evidencia o interesse crescente por temas raciais e identitários na esfera pública da Primeira República.

A década de 1920 foi também um momento em que a mestiçagem ganhava centralidade como eixo do projeto de identidade nacional, ao mesmo tempo em que ocultava hierarquias e exclusões raciais herdadas do período escravista (Skidmore, 2012). Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o folhetim *Ódio de Raças*, buscando compreender de que modo a mestiçagem é representada na narrativa e como essa representação se insere nas disputas simbólicas sobre raça e identidade no Brasil pós-abolição. Ao examinar esse material literário, pretende-se refletir sobre o papel da literatura popular e da imprensa na construção dos sentidos da nacionalidade e da diferença racial.

METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa inspirada na história cultural, centrada na análise documental e hermenêutica de fontes primárias e secundárias. O corpus principal é o folhetim *Ódio de Raças*, publicado em 1925 no jornal *Folha do Norte*, cujas edições foram localizadas em arquivos digitais e físicos. Foi realizada uma leitura detalhada e uma análise textual para identificar as formas de representação da mestiçagem e as estratégias discursivas relacionadas com disputas simbólicas sobre raça e identidade no Brasil pós-abolição. Além disso, foram consultados outros exemplares do jornal e textos literários da mesma seção para comparar temáticas e enfoques. O estudo se situa em um diálogo crítico com a historiografia sobre imprensa regional, literatura popular e construção identitária. De forma geral, utiliza-se uma estrutura teórica interseccional que problematiza raça, classe e cultura nos discursos de modernidade e nacionalidade brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Sérgio Cardozo, nascido em 1858 na Bahia e identificado como mestiço por parte paterna, foi uma figura ativa nos debates sobre raça e identidade no Brasil do final do século XIX e início do XX. Conhecido como “Dom Quixote do Massapé”, Cardozo se destacou por sua atuação no movimento abolicionista, pela produção literária e pela presença em espaços de circulação intelectual, como o jornalismo e o meio jurídico (Ribeiro Jacobina, 2008).

Iniciou os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, mas não concluiu o curso. Ainda assim, atuou como médico prático, desenhista, jornalista e, mais tarde, juiz federal em Berimbau (atual Conceição do Jacuípe). Sua trajetória revela trânsito por setores influentes do período — Medicina, Direito e Imprensa —, todos relevantes para os debates sobre raça e cidadania no Brasil pós-abolição. Após a promulgação da Lei Áurea, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na *Gazeta da Tarde*, periódico vinculado a José do Patrocínio, com quem mantinha relações políticas e intelectuais.

Cardozo publicou textos em diversos gêneros, entre contos, novelas e memórias. Dentre suas obras, destacam-se: *A escrava branca* (1882), *O pacto infernal* e *O pacto de sangue* (1883), *os deserdados sociais* (1896), *Leila* (1898), *Contos indígenas* (1891), *A tapera maldita* (1904), além das novelas *As três noivas de Cordélia* e *Os mistérios da Bahia*. Também escreveu o livro de memórias *Santo Amaro: memória histórica e descritiva do município*. É provável que essa produção seja ainda mais extensa, considerando sua colaboração em periódicos sem vínculo formal, como o *Folha do Norte*.

Ao retornar à Bahia no início do século XX, Cardozo assumiu a editoria do jornal *O Propulsor*, em Feira de Santana,

o que reforçou sua inserção na imprensa regional e o aproximou da elite letrada local. Berimbau, cidade onde fixou residência, localiza-se a cerca de 27 km de Feira de Santana, o que também favoreceu esses vínculos. Em 1925, o Folha do Norte publicou o folhetim Ódio de Raças, único de sua autoria identificado nas páginas do periódico.

O apelido “Dom Quixote do Massapê” associa, de forma simbólica, sua figura à persistência e ao idealismo. O massapê, solo escuro e fértil, típico do litoral nordestino e associado à história do latifúndio e da escravidão, evoca também a complexidade social e racial da região. A mestiçagem de Cardozo, sua atuação pública e sua escrita, colocam-no como personagem representativo dos dilemas raciais do período republicano. Por meio do folhetim, gênero acessível e popular, ele mobilizou temas como identidade, preconceito e pertencimento, inserindo-os no debate público e contribuindo para refletir sobre as formas de exclusão e inclusão racial no Brasil da Primeira República.

Folhetim: Ódio de raças

Publicado em 1925 no jornal Folha do Norte, o folhetim Ódio de Raças, de Sérgio Cardozo, oferece uma chave para a leitura das disputas simbólicas sobre raça e identidade no Brasil da Primeira República. A trama, ambientada no interior baiano em meados do século XIX, dramatiza os efeitos do preconceito racial por meio da história de amor impossível entre João Gallo, jovem mestiço, e Maria da Câmara, filha de uma tradicional família branca. A obra estrutura-se como uma narrativa de tensão entre desejo e interdito, tradição e ruptura, honra e transgressão.

Era dezembro de 1850, o povoado de São Sebastião, vizinho a Santo Amaro, estava se preparando para comemorar a festa da redenção de Maria, importante festejo católico tradicional da localidade. Um evento de caráter religioso, mas marcado por características profanas. Evento tipicamente rural, a festa fazia menção a permanência do tempo, segundo o autor, marcas da herança portuguesa advinda das disputas entre mouros e cristãos, “reminiscência querida dos tempos heroicos que vão desaparecendo nas trevas do passado; dos tempos de fé e honra, de bravura e magnanimidade” (Folha do Norte, 1925, p.3). O povo e toda sua diversidade tinha a admiração, carinho pela festividade e a aguardavam com ansiedade.

Era verão na Bahia, o calor de duas horas da tarde não desanimou a população que chegava de todos os cantos para acompanhar as competições que animaram os festejos. A encamisada, que teve nome variados ao longo da narrativa: riscado, cavalhadas e argolinha, tão tradicional, que sem ela, “nenhuma festa era festa”. Tirar a argola era o objetivo, uma argola de tamanho reduzida foi produzida

para avaliar a habilidades dos cavaleiros, estes, ostentavam sua cor predileta, com lanças, firmes nas selas de seus cavalos, aguardando a sua vez de correr, até que:

Um rumor prolongado elevou-se dentre a multidão.

Chi! o moço de Papassú com o de Lorangeiras!

Êta diabo! os dois inimigos!...

Mas, também os dois que melhor entendem do riscado!
- disse um espectador.

Não se me dá de apostar pelo João Gallo, do Papassú!
- acrescentou outro.

E' bom; - respondeu alguém - mas o cavalo em que monta é feroso demais e duvido que seja capaz de dominá-lo!

Ora! seu João Gallo não fazendo de um cavalo o que quiser!...

Mas - replicou o primeiro - o moço de Lorangeiras não é pêco e basta qualquer tres, seis, nove *ada [ilegível], da parte do outro para ele passar-lhe o capote. (Folha do Norte, 1925, p.3)

A competição seria acirrada entre João Gallo e Antônio, segundo os murmurinhos do povo. João Gallo, morador da Fazenda Papassu, descrito como moreno, com cabelo e olhos negros e muito cobiçado, com cerca de 25 anos de idade. Seu opositor, Antônio da Câmara, agricultor prestigiado na região, afortunado, foi descrito como loiro de 21 anos, morador da Fazenda Laranjeira, filho do fidalgo e coronel Pedro Câmara. O autor nos leva a perceber uma grande rivalidade entre as duas famílias, mas não nos dá indícios dos motivos. Seria apenas uma rivalidade da competição? Não se sabe! Mas, o que fica evidente são as diferenças econômicas e raciais entre os personagens. Foi assim que os leitores do jornal Folha do Norte foram apresentados a essa história.

Na edição seguinte, a continuação da história nos apresenta Maria Câmara, que foi prestigiar seu irmão Antônio na competição, acompanhada de sua tia paterna. A trama da história é divulgada: Maria está apaixonada por João, uma típica história de amor proibido pelo antagonismo de suas famílias.

Antônio não foi bem-sucedido na competição, ao contrário de seu rival João Gallo, que conseguiu pegar a argola. Vencedor da competição, João agora poderia presentear alguma moça com a argola que lhe deu a vitória, como de costume. Todas as moças presentes na festa ansiavam por esse momento, desejavam receber a honraria, principalmente por ser percebida pelo vitorioso. O que não foi o caso de Maria, que mesmo apaixonada,

sabia que tal cena chamaria a atenção das pessoas a sua volta e a fúria de seu irmão.

A moça, então ficou “perturbada, sem mesmo poder explicar o que lhe acontecia, a tímida e casta donzela ora enrubescer até a raiz dos cabelos, ora empalidecia a ponto de tornar-se lívida” (Folha do Norte, 1925, p.3). O que chamou a atenção de sua tia que logo percebeu o sentimento da moça pelo rapaz. O medo de Maria, foi a coragem de João, que no meio de toda a multidão aproximou-se dela, acompanhado da atenção de todos os presentes e ofereceu a argola para a moça. Finalizou-se o capítulo deixando os leitores curiosos sobre a receptividade de Maria ao presente de João e a reação de Antônio.

Logo nas primeiras linhas da terceira parte do folhetim, o autor descreve a reação de Maria à iniciativa de João. Maria, acanhada com as aclamações do público, recebeu a argola das mãos de João, o que levou os presentes no festejo a uma estrondosa salva de palmas. Com a cena, Antônio e sua tia, levam Maria de volta para a fazenda Laranjeiras. Furioso, “seu irmão mal contendo a cólera que lhe causava o ter sido vencido pelo inimigo de sua raça e ao qual lançava olhares turvos em que se liam ameaças terríveis”. (Folha do Norte, 1925, p.3)

Pelo título do romance-folhetim, os leitores puderam idear sobre os motivos da inimizade entre os personagens. No entanto, foi somente no terceiro capítulo, que os motivos foram evidenciados na narrativa. Neste trecho, o perfil do Coronel Pedro Câmara foi apresentado: *“Fora um homem de boa fevera [nervo] e ainda então escravos e criados tinham um medo extraordinário. Quando encolerizado [zangado], o que muitas vezes acontecia, em apanhado um [ilegível] ao alcance do braço, atirava-o a metros de distância, como se fosse uma trouxa ou esborcinar-lhe [deferir golpes] os beiços com valente bofetada. Tinha princípios arraigados de que não havia meios de afastá-lo e bem assim preconceitos enraizados. Sobre sua prosápia [linhagem], por exemplo, era de um orgulho desmedido. Fazia praça da pureza de seu sangue e repelia já dois bons partidos para sua filha, somente porque os proces tinham leve mestiçagem”*. (Folha do Norte, 1925, p.3)

Pedro Câmara, viúvo, pai de Antônio e Maria, tinha paralisia nos membros inferiores. Era dono da Fazenda Laranjeiras, senhor de engenho e de escravos. Mesmo com a moléstia, era um sujeito violento. Tinha rancor da família de Papassu, motivado pelo orgulho da pureza de seu sangue, pois estes eram mestiços, como podemos perceber nos descritivos do personagem João Gallo. O “ódio de raças” se dava, portanto, pela diferença racial entre as famílias.

Ao tomar ciência do acontecido na festa, presenciado por toda a região, Pedro ficou furioso. Assim, o “velho ódio recalçado no seu íntimo e o preconceito contra a

mestiçagem, que lhe foram transmitidos no sangue de sua raça, que se mostrava tão vaidoso, irromperam com a violência da lava que despedaça a cratera; a própria intensidade”. Chamou sua filha para conversar, para sua tristeza, mesmo ciente de quem se tratava e do ódio que sua família nutria, Maria afirmou com convicção que seu desejo era “amá-lo, meu pai, amá-lo até a morte”.

Em resposta seu Pedro disse: “Pois fica sabendo, rugiu firmando as mãos nos braços da poltrona, como se quisesse levantar-se, fica sabendo que a de esquecer este homem, porque nunca, ouve bem, nunca serás esposa dele! Mais depressa mata-te com as minhas próprias mãos, e é isto o que acontecerá, se me desobedeceres, juro-te! Juro-te pela memória de tua mãe! Vai!”. (Folha do Norte, 1925, p.3) O fazendeiro preferia ver sua filha morta ao vê-la desposada por um mestiço, assim, convoca Antônio para vistoriar a fazenda e ficar atento para qualquer ofensiva que os Papassús pudessem realizar.

Com o clima tenso na fazenda Laranjeiras, finalizamos o terceiro episódio e no quarto e último do folhetim temos o desfecho dessa história. Maria passou dias à espera de uma ação de João, que aparentemente não viria. Até que um vaqueiro surge ao longe. Era João, que deixou um bilhete cair. Maria pede a uma “mulatinha” de sua confiança para ir buscar, ao abrir lê a declaração de João que também se diz apaixonado. Assim, Maria arruma suas coisas e foge com o amado. Ao ser avisado por uma “mucama”, Pedro convoca seu filho Antônio:

Antônio - Tua irmã acaba de desonrar-nos; fugiu com o bandido que jurou arruinar nossa casa. A moléstia inutilizou-me para a vingança, portanto, cabe a ti o desafrontar-nos. Nossa família não pode ter uma perda. Vai matá-la!...

Pedro - Fique descansado, meu pai; será vingando.

O moço tremia de emoção sentindo agitar-lhe a alma todo o orgulho de sua raça. (Folha do Norte, 1925, p.3)

Como havia dito para Maria, encaminhou Antônio para matá-la. Possuído pelo orgulho de sua raça que agitava seu corpo, tomou seu cavalo e foi ao encontro de Maria e João carregando um punhal. Foi transpondo a roça, saltando córregos, pulando buracos... Não demorou muito para avistar seus alvos, muito menos para alcançá-los.

Ouviu-se um grito de dor e o baque de um corpo.

D. Maria caiu atravessada pelo punhal do irmão.

João Gallo precipitou-se da sela para amparar sua amada, mas apenas encontrou um cadáver. (Folha do Norte, 1925, p.3)

Um final trágico, como era de se esperar. O ódio de raças disseminado por Pedro levou a destruição de sua família.

Após o assassinato de Maria, Antônio nunca mais teve sossego, sua própria consciência lhe cobrava. Culpando o pai pela indução ao crime que cometeu, começou a odiá-lo e abandonou-o. Sem seus filhos, logo fora abandonado pelos seus escravos que o odiavam e “o velho fidalgo morreu pouco tempo depois, sem ter junto ao seu leito de agonia um único ser humano. Encontraram-no cadáver, os estranhos quando os urubus adejando sobre o seu teto, outrora feliz e populoso, denunciaram haver carniça no interior” (Folha do Norte, 1925, p.3).

Mestiçagem, identidade nacional e o lugar do folhetim “Ódio de Raças”

A mestiçagem constituiu uma categoria analítica central no pensamento social brasileiro entre o século XIX e o século XX. Enquanto processo histórico e resultado da interação entre diferentes grupos étnicos, culturais e populacionais, as noções de mestiçagem e miscigenação tornaram-se objeto privilegiado de estudo para intelectuais que buscavam interpretar a formação social do Brasil e elaborar projetos de identidade nacional (Skidmore, 2012).

A leitura do folhetim “Ódio de Raças” permite compreender como a mestiçagem é representada não como síntese harmoniosa — conforme o discurso nacionalista viria a consolidar nas décadas seguintes —, mas como ameaça à ordem social. Apesar de o protagonista mestiço ser admirado por sua habilidade e bravura, permanece socialmente inapto para a união com uma mulher branca, ainda que haja afeto e desejo mútuo. A violência imposta ao casal — e à própria ideia de mestiçagem enquanto projeto — revela um regime simbólico em que a raça estrutura os limites do afeto, da cidadania e da honra familiar (Albuquerque, 2009).

O folhetim de Sérgio Cardozo se insere em um contexto histórico e intelectual em que a mestiçagem ocupava um lugar profundamente ambíguo no pensamento social brasileiro. Desde o final do século XIX, discursos cientificistas, fortemente influenciados pelo racismo europeu e pelo darwinismo social, passaram a considerar a miscigenação como ameaça à saúde moral e física da nação. Um dos principais representantes dessa visão foi o médico baiano Nina Rodrigues. Em suas obras, ele afirmava que os mestiços herdavam uma espécie de inferioridade biológica e psíquica, que os tornaria propensos à instabilidade emocional, ao comportamento desviante e à criminalidade. Para (Rodrigues, 1945), a mestiçagem não era apenas um traço da sociedade brasileira, mas um problema a ser diagnosticado e, em alguma medida, contido. Sua defesa da superioridade da raça branca se expressava na crença de que a mistura racial gerava um tipo humano degenerado, incapaz de corresponder aos ideais de ordem, progresso e civilidade que orientavam o projeto republicano. Ao destacar a mestiçagem

como fonte de desordem social e patologia moral, Nina Rodrigues contribuiu para sedimentar um imaginário racial excludente que afastava os sujeitos mestiços do ideal de nação e cidadania desejadas para a nação.

De forma complementar, Sílvia Romero, embora com abordagem mais literária e cultural, sustentava em seus textos uma concepção hierarquizante das raças. Considerava que a mestiçagem havia comprometido o “caráter nacional” e que os negros e indígenas representavam obstáculos à formação de uma identidade brasileira moderna. Sua análise da literatura popular, por exemplo, revelava o temor de que o elemento mestiço desfigurasse a cultura nacional, opondo-se a qualquer idealização da mistura (Romero, 1949, como se citou em Nunes, 2008). Já Oliveira Vianna, no campo do direito e da sociologia, argumentava que a mestiçagem contribuía para a suposta “apatia cívica” do povo brasileiro. Em obras como *Populações Meridionais do Brasil* (1918), defendia o branqueamento como solução para o progresso nacional, associando os mestiços a uma incapacidade inata de organização e coesão social (Viana, 1981).

Essas visões pessimistas sobre a mestiçagem foram fundamentais na elaboração de políticas públicas e discursos de modernização que privilegiavam a imigração europeia e promoviam um ideal de embranquecimento racial e cultural do país (Ferreira, 1998). Embora essas teorias tenham perdido força nas décadas seguintes, elas moldaram a forma como a diferença racial foi lida e representada no campo literário e simbólico do início do século XX.

É nesse clima intelectual que Ódio de Raças foi publicado, e, ainda que não reproduza diretamente as teorias deterministas desses autores, a narrativa dialoga com os efeitos sociais e simbólicos por eles propagados. O conflito entre João Gallo — mestiço — e a família branca da elite agrária ilustra a interdição da mestiçagem como projeto afetivo e social. A violência sofrida pelo casal, o impedimento da união e o desfecho trágico da trama refletem a sedimentação de um imaginário racial hierárquico, que reconhece a presença do mestiço, mas o mantém à margem da ordem simbólica da honra, da família e da cidadania.

Ao mesmo tempo, discursos emergentes — sobretudo a partir da década de 1920 — começavam a reavaliar a perspectiva determinista e racista predominante até então, buscando reinterpretar a mestiçagem como um elemento formador e positivo da identidade nacional brasileira. Um dos primeiros a desafiar o paradigma eurocêntrico foi Querino (2010), intelectual baiano, autodidata, abolicionista e um dos pioneiros na valorização da contribuição africana na formação do Brasil. Querino (2010), propôs uma releitura crítica da história brasileira ao destacar o protagonismo dos africanos e de seus

descendentes não apenas na base econômica, como na formação cultural, artística e moral da sociedade brasileira. Para ele, a mestiçagem não era um problema a ser corrigido, mas parte constitutiva da identidade nacional, cuja riqueza derivava justamente da mistura de matrizes culturais.

A revalorização da mestiçagem também encontrou eco no campo artístico com o Modernismo de 1922, que, ao romper com os modelos acadêmicos europeus, buscava afirmar uma estética nacional dita autêntica. Autores como Mário de Andrade e Oswald de Andrade passaram a celebrar a diversidade étnico-cultural brasileira como fonte de originalidade estética e expressão criadora. No entanto, como aponta Cardoso (2022), esse gesto de exaltação operava sob um filtro racial e social muito específico: o tipo nacional idealizado pelos modernistas era mestiço apenas como metáfora, e não como sujeito histórico concreto.

A figura do “brasileiro autêntico” construída por esse projeto era, em essência, masculina, branca (ou embranquecida), urbana e letrada — um agente cultural que falava sobre o povo, mas raramente a partir dele. O projeto antropofágico, por exemplo, propunha a devoração simbólica da cultura europeia, mas não rompeu com as hierarquias raciais herdadas do pensamento colonial: incorporava o outro (negro, indígena, mestiço) como insumo simbólico, não como voz ou presença plena. Assim, embora o discurso modernista tenha atribuído à mestiçagem o papel de emblema da brasilidade, ele também contribuiu para a consolidação de uma identidade nacional marcada pela exclusão daqueles mesmos corpos que dizia celebrar (Cardoso, 2022).

Esse processo de valorização cultural da mestiçagem se consolidaria no campo das ciências sociais com a publicação de Casa-Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre, obra que inaugura um novo paradigma interpretativo sobre a formação do Brasil. Freyre (2023), defende que a sociedade brasileira nasceu da convivência íntima — embora profundamente desigual — entre senhores brancos e escravizados africanos e indígenas, e que essa convivência gerou uma cultura única, marcada pela mestiçagem em todos os níveis: racial, linguístico, religioso, culinário e afetivo. Contra a lógica da degeneração, da mesma forma propõe a mestiçagem como traço civilizacional brasileiro, dotado de plasticidade e capacidade de síntese cultural.

Contudo, como destaca Munanga em sua obra *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), esse elogio à mistura racial muitas vezes operou como mecanismo ideológico para encobrir a permanência de relações raciais desiguais. Para Munanga (2019), a construção da identidade mestiça foi acompanhada por um silenciamento das violências históricas do racismo e da escravidão,

criando um mito nacional conciliador que falseia a experiência social dos sujeitos negros e mestiços no Brasil.

Embora esses discursos tenham reposicionado a mestiçagem como valor nacional, o Brasil continuava estruturalmente marcado por exclusões raciais e sociais. A valorização simbólica da mistura nem sempre correspondia à inclusão efetiva dos sujeitos mestiços e negros nos espaços de poder e cidadania. É nesse ponto de inflexão que se localiza o folhetim *Ódio de Raças*, publicado em 1925 — momento de transição entre o declínio das teorias eugênicas e o início do projeto integrador da mestiçagem. A narrativa de Sérgio Cardozo tensiona essas perspectivas ao dramatizar um amor inter-racial interdito pela lógica patriarcal e racista de uma elite agrária decadente. Se, por um lado, a história denuncia o preconceito e a ruína moral do patriarca defensor da “pureza de sangue”, por outro, não idealiza a mestiçagem como solução: ela aparece marcada pelo sacrifício, pelo conflito e pela morte.

No entanto, a transição entre essas duas visões — da mestiçagem como degeneração à mestiçagem como síntese nacional — não foi linear nem pacífica. O folhetim de Cardozo reflete esse entrelugar: se por um lado denuncia a violência do preconceito e o desfecho trágico da pureza racial como delírio excludente, por outro não oferece um horizonte de conciliação. A união inter-racial permanece interdita e fatal. A mestiçagem, assim, é representada sob o signo da ruptura, e não da integração. Tal representação tensiona o mito da democracia racial e nos convida a pensar como a cultura letrada popular também operava como espaço de crítica simbólica à ordem vigente.

CONCLUSÕES

O discurso da mestiçagem cumpriu a função de ocultar as desigualdades raciais persistentes, ao mesmo tempo em que era mobilizado como símbolo de uma identidade nacional “original”, “conciliadora” e “plural”. É precisamente essa ambiguidade que o folhetim de Cardozo ajuda a iluminar. Ao circular em um jornal de ampla penetração entre as elites urbanas de Feira de Santana, *Ódio de Raças* inscreve-se em um circuito cultural em que as disputas sobre raça, modernidade e pertencimento estavam em plena ebulição. Como parte da estratégia editorial do *Folha do Norte*, que se alinhava aos ideais de progresso e civilização da Primeira República, a publicação desse folhetim sinaliza não apenas uma preocupação estética ou de entretenimento, mas também uma aposta no poder formativo da literatura popular.

Ao perguntarmos com qual imaginário coletivo esse folhetim dialoga, percebemos que ele ativa, simultaneamente, códigos de valorização da bravura mestiça e de punição da transgressão inter-racial. A morte de Maria, o desaparecimento de João e o colapso do velho patriarca

não são apenas desfechos narrativos, mas alegorias da falência de um projeto social fundado na exclusão racial. Ainda assim, o texto não propõe uma alternativa à altura — talvez porque essa alternativa ainda estivesse por nascer na própria história do Brasil.

A presença do folheto “Ódio de Raças” nas páginas do Folha do Norte também nos convida a considerar as disputas internas do próprio jornalismo regional. Como você bem observa, o periódico não se apresenta de modo homogêneo, mas como espaço de múltiplas vozes e disputas discursivas. A diversidade de posicionamentos ideológicos entre seus colaboradores e as variações editoriais ao longo do tempo sugerem que o jornal foi mais do que reproduzidor de discursos dominantes: foi também um laboratório de representação do Brasil em transformação.

Por fim, a figura do autor — Sérgio Cardozo — contribui para complexificar essa leitura. Mestiço, abolicionista e profundamente envolvido nos debates raciais de sua época, Cardozo produziu uma obra ambivalente: ao mesmo tempo em que denuncia a lógica da exclusão racial, não rompe com a estrutura narrativa trágica que associa o amor inter-racial ao sacrifício. Como bem mostra a epígrafe citada, seu reconhecimento da centralidade do povo africano na formação nacional coexiste com uma linguagem ainda marcada por estereótipos e estruturas de poder racializadas.

Dessa forma, Ódio de Raças representa uma peça-chave para a análise das formas como a mestiçagem foi negociada no campo literário e simbólico do pós-abolição. Sua leitura, articulada à historiografia sobre identidade nacional, contribui para desestabilizar a ideia de que o Brasil teria sido, desde sempre, uma nação racialmente conciliada. Ao contrário, evidencia os conflitos, os interditos e as perdas que marcaram — e ainda marcam — a experiência de ser mestiço em um país estruturado sobre desigualdades históricas de cor, classe e origem.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, W. (2009). *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. Companhia das Letras. _
- Cardoso, R. (2022). Modernismos alternativos, preto no branco. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (82). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p277-283>
- Fernandes De Almeida Cunha, N. (2013). *Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907 – 1927)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Ferreira, A. H. (1998). Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890- 1937. *Afro-Ásia*, (21-22). <https://doi.org/10.9771/aa.v0i21-22.20968>
- Folha do Norte. (1925). Ódio de raças.
- Freyre, G. (2023). *Casa-grande & Senzala*. Global.
- Matos de Oliveira, J. L. (2023). O Sol da fraternidade rasgou a treva das senzalas, memórias da escravidão e da abolição no jornal Folha do Norte (1909-1933). (Tese de mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Munanga, K. (2019). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica Editora. _
- Nunes, C. (2008). Temblores de arterias y cárceles de fuego: Literatura En El Brasil Colonial. *Revista chilena de literatura*, (73), 81-108. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-22952008000200004>
- Peña-Hernández, N. M. (2023). Approach to of the concept of culture based on historical research. *Revista Científica Episteme & Praxis*, 1(2), 70–75. <https://doi.org/10.62451/rep.v1i2.22>
- Querino, M. (2010). Costumes africanos no Brasil. EDUNEB.
- Ribeiro Jacobina, R. (2008). Sérgio Cardozo (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*, 78 (2), 94-103. <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/972/951>
- Rodrigues, N. (1945). *Os africanos no Brasil*. Companhia Editora Nacional.
- Sevcenko, N. (1998). *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In *História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio*. Companhia das Letras. <https://repositorio.usp.br/item/001092983>
- Sevcenko, N. (2003). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Companhia das Letras. _
- Skidmore, T. E. (2012). *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Companhia das Letras. _
- Viana, O. (1981). Populações meridionais do Brasil. Câmara dos Deputados. _